



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DEGEO
CURSO DE GEOGRAFIA BACHARELADO**

Rogério Reis Vale

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE A TERRITORIALIDADE
CAMPONESA E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE
TRATADA DE CIMA, LOCALIZADAS NO PARQUE NACIONAL DOS
LENÇÓIS MARANHENSES (PNLM)**

**SÃO LUÍS
2022**

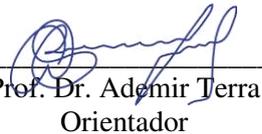
Rogério Reis Vale

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE A TERRITORIALIDADE
CAMPONESA E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE
TRATADA DE CIMA, LOCALIZADAS NO PARQUE NACIONAL DOS
LENÇÓIS MARANHENSES (PNLM)**

Monografia apresentado ao curso de geografia da universidade estadual do maranhão como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia, sobre a orientação do prof. Dr. Ademir terra



Rogério Reis Vale
Orientando



Prof. Dr. Ademir Terra
Orientador

**SÃO LUÍS
2022**

Rogério Reis Vale

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE A TERRITORIALIDADE
CAMPONESA E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE
TRATADA DE CIMA, LOCALIZADAS NO PARQUE NACIONAL DOS
LENÇÓIS MARANHENSES (PNLM)**

Monografia apresentado ao curso de geografia da universidade estadual do maranhão como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia, sobre a orientação do prof. Dr. Ademir terra

Aprovado em: 10/01/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ademir Terra (Orientador)



Prof. Dr. Claudio Eduardo de Castro



Documento assinado digitalmente

LUIZ JORGE BEZERRA DA SILVA DIAS

Data: 30/01/2023 15:53:05-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Me. Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias

**SÃO LUÍS
2023**

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar os conflitos que ocorrem dentro da unidade de conservação (UC), no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) na cidade de Barreirinhas no estado do Maranhão, tomando como base para essa análise comunidades que estão dentro do perímetro do parque, entre essa, a comunidade Tratada de Cima foi o foco desta pesquisa, para entender como se dá os conflitos socioambiental entre os moradores desta localidade e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e compreender as dificuldades enfrentadas por eles diante dos impedimentos e das sanções imposta, que compromete a vida e a forma como os comunitários vivem, uma vez que, sua sobrevivência provem da criação de pequenos animais para consumo próprio além do cultivo de roça e produção de artesanato. Além disto, outras dificuldades são enfrentadas pelos camponeses dentro do parque como o acesso a saúde, educação, água potável, energia elétrica e moradia, bens que deveriam ser garantidos a todos, mas que nesses locais ainda não faz parte da realidade de todos que vivem dentro do perímetro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Palavras-chave: unidade de conservação, conflito socioambiental, Tratada de Cima, ICMBio, PNLM

ABSTRACT

The present work aimed to analyze the conflicts that occur within the conservation unit (UC), in the Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) in the city of Barreirinhas in the state of Maranhão, taking as a basis for this analysis communities that are within the perimeter of the park, among which, the community Tratada de Cima was the focus of this research, to understand how the socio-environmental conflicts that the residents of this locality face with the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio) occur, and to understand the difficulties faced by them in the face of impediments and sanctions imposed, which compromises the life and way these places live, since their survival comes from raising small animals for their own consumption in addition to cultivating crops and producing handicrafts. In addition, other difficulties are faced by peasants within the park, such as access to health, education, drinking water, electricity and housing, goods that should be guaranteed to everyone, but which in these places is still not part of the reality of everyone who lives there. within the perimeter of the Lençóis Maranhenses National Park.

Keywords: conservation unit, socio-environmental conflict, Tratada de Cima, ICMBio, PNLM

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização Geográfica de Barreirinhas - MA.....	18
Figura 2 - Município de Barreirinhas	19
Figura 3 - Rota das Emoções.....	22
Figura 4 - Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	25
Figura 5 - Uso e Cobertura da Terra no PNLN.....	28
Figura 6 - Localização Geográfica da Comunidade Tratada de Cima	35
Figura 7 - Cajual na Comunidade Tratada de Cima.....	36
Figura 8 - Produção Castanha de Caju	36
Figura 9 - Canteiro de Hortaliças na Comunidade Tratada de Cima	37
Figura 10 - Chiqueiro e Curral na Comunidade Tratada de Cima	37
Figura 11 - Escola do Povoado Tratada de Cima.....	38
Figura 12 - Banheiro da Escola	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento Populacional de Barreirinhas - MA	19
Gráfico 2 - Visitação Turística no PNLN	21
Gráfico 3 - Evolução do IDH no Município de Barreirinhas - MA	24

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AECI	Agência Espanhola de Cooperação
CPNAP	Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
EA	Educação Ambiental
IBEA	Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBDE	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IUPN	União Internacional para Proteção da Natureza
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PIB	Produto Interno Bruto
PLS	Plano de Logística Sustentável
PNLM	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNY	Parque Nacional de Yellowstone
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PSDB-MA	Partido Social-Democracia Brasileira- Maranhão
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
UC	Unidade de Conservação

Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	OBJETIVOS	12
2.1	Geral	12
2.2	Específicos	12
3.	METODOLOGIA.....	12
4.	TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.....	14
5.	LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO DA CIDADE DE BARREIRINHAS.....	17
6.	EVOLUÇÃO DO TURISMO NA CIDADE DE BARREIRINHAS	20
7.	LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES	25
8.	Comunidades do Parque	30
9.	Comunidade Tratada de Cima	34
10.	PRIVATIZAÇÃO/CONCESSÃO DE PARQUES NACIONAIS	39
11.	MECANISMOS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	43
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais são reconhecidas por se tratar de povos que possuem uma relação direta entre o homem e a natureza, estabelecendo uma mutualidade com a terra em que vivem, sendo levado em conta também as características culturais, social, religiosa para a manutenção contínua da vida e do pertencimento ao local em que vivem.

Deste modo, dizemos que povos tradicionais vivem de maneira independentes, porém, é importante ressaltar que sua independência de grandes cidades, mercados ou do capital, não os fazem menos desenvolvidos ou atrasados, devemos considerar que esses povos vivem em conformidade com a terra e o seu território.

Em 2007, foi criada a legislação para os povos e comunidades tradicionais, instituída por meio do decreto federal nº 6.040 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), teve como objetivo garantir o reconhecimento e a sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais, fazendo o fortalecimento dos direitos do território, ambiental, social, econômicos e culturais, garantindo o respeito e a valorização das suas identidades, formas de organização e instituição.

De acordo com PNPCT (p 7-9), os povos e comunidades tradicionais são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condições para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, invenções e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O estado tem o dever de garantir e zelar pelo bem social dos povos tradicionais, lhes garantindo direitos e a informação de qualquer manifestação ou processos que possam atingir de forma direta ou indireta a essas comunidades, assim como da participação deles em todos os processos que eventualmente possa ameaçar sua condição de povo tradicional.

Ainda que a constituição garanta direitos aos povos tradicionais, em certos casos o direito legal á eles entram em conflito com as normas das Unidades de Conservação (UCS), que tem o papel de proteger áreas de riquezas e belezas naturais, desse modo, os conflitos entre as comunidades que vivem dentro dessas áreas de conservação acabam

limitando ou tirando as tradições realizadas durante anos por eles, ameaçado a sua existência, cultura, religião e seu trabalho.

O papel das UCs estão voltados para a proteção de ambientes únicos e de biodiversidade frágil em meio ao avanço da exploração humana (Lei nº 9.985, SNUC), no entanto, a intenção de manter áreas livres da degradação esbarra diretamente nos povos tradicionais que habitam algumas regiões legalmente protegidas, não havendo um parâmetro que abrange ambas as partes (a conservação e os direitos sociais), geram conflitos onde não podemos apontar o certo ou o errado, mas precisa-se de um consenso justo que atenda às necessidades de ambos os lados.

As UCs são áreas ambientalmente protegidas por lei para garantir a biodiversidade que se encontram nesses locais, historicamente os primeiros registros dessa prática datam de 252 a.c quando um imperador indiano restringiu a caça em áreas que compreendiam suas terras (MACKINNON, 1986).

Mas foi a partir do século XIX que a preocupação com o tema ganhou força, principalmente pela evolução do modo de vida que a Revolução Industrial trouxe na Inglaterra, a preocupação com os recursos naturais tornou-se motivo de discussão entre governos e sociedade e partir de então começaram a serem criadas áreas de natureza protegidas por lei como conhecemos hoje, o primeiro e mais famoso deles foi o Parque Nacional de Yellowstone em 1872 nos Estados Unidos (SCHENINI; COSTA; CASARIN, 2004).

Por não haver um planejamento concreto sobre as UCs, no ano 2000 foi criada por meio da Lei Federal nº 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), que tinha por objetivo estabelecer normas e critérios para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação que seriam criadas posteriormente e garantissem a plenitude desses locais (Art.1 do SNUC)

Anterior a criação do SNUC, algumas UCs foram criadas sem o devido planejamento, a exemplo o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses que foi criado em 1981 durante o período dos Governos Militar que não levaram em consideração a conciliação da conservação do meio ambiente com os costumes tradicionais dos povos que já habitavam a região, dessa forma a política territorial adotada nesse período contribuiu para o avanço dos conflitos no campo que se agravam no passar do tempo.

Anterior a Lei do SNUC as Unidades de Conservação eram protegidas pelo Código Florestal por meio do Decreto Federal nº 23.793, de 1934, este por sua vez ficou defasado por não apresentar disposições sobre alguns pontos fundamentais como a

relação humana com a natureza e as classificações dos diferentes tipos de UCs que existem atualmente. Com a criação da Lei nº 9.985 de 2000 (Lei do SNUC), foram determinados “critérios e normas para a criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação”, seguindo disposições como: Conservação da Natureza; Preservação; Uso direto e indireto; Extrativismo; Recuperação e restauração; Zonas de Amortecimento, entre outros (Art 1º e 2º do SNUC)

Com as antigas diretrizes que existiam no período militar e a chegada das novas normas estabelecidas pelo SNUC, as comunidades que existem dentro do PNLM foram fortemente afetadas pois não houve a conciliação das atividades tradicionais com os normativos de conservação da natureza, desse modo, os conflitos nas áreas de Unidades de Conservação tiveram origem devido ao modo que as primeiras áreas protegidas foram criadas, pois tiveram como princípio a proteção da biodiversidade sem colocar na equação o modo de vida do homem do campo. (GUIMARÃES, 1994).

Com as normas estabelecidas pelo SNUC as unidades de conservação foram classificadas de uso sustentável (aquelas que permitem a ação humana para exploração dos recursos naturais de forma sustentável) e as de proteção integral (que não permitem a ação humana direta), o PNLM faz parte do grupo de proteção integral, desse modo as comunidades tradicionais que estão inseridas no perímetro do Parque foram proibidas de desempenhar suas atividades de trabalho no campo, gerando um problema social e econômico. Mézáros 2007 descreve as relações do trabalho e o homem como:

“o trabalho é a propriedade ativa do homem”, como tal é considerado como propriedade interna que se deve manifestar numa “atividade livre”. O trabalho é, portanto específico do homem como as “funções animais, comer, beber e procriar”, que pertencem a esfera da necessidade. (MARX, Apud MÉSZÁROS 2007)

O trabalho do homem camponês gira em torno do que ele produz na terra há que pertence a ele e sua família, quando esse trabalho é afetado por qualquer meio de condição imposta pelo agente público gera uma crise econômica e cultural para as pessoas que da terra sobrevivem, desse modo, a longo prazo observa-se uma deterioração dos costumes tradicionais e o abandono forçado do campo para à cidade.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar os conflitos socioambientais que emergem entre a preservação ambiental e territorialidade camponesa na comunidade Tratada de Cima localizada no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com suporte no mapeamento social.

2.2 Específicos

- Identificar a organização socio espacial e territorialidade da comunidade Tratada de Cima;
- Analisar o processo de institucionalização dos conflitos socioambientais que envolvem os camponeses da Tratada de Cima, a partir da implantação do Parque, bem como a atuação do ICMBio;
- Analisar o papel do poder público no município de Barreirinhas para garantir a manutenção das atividades tradicionais na comunidade Tratada de Cima
- Identificar as carências no campo da saúde; Educação; Infraestrutura e Assistência Social.

3. METODOLOGIA

No presente trabalho estamos utilizando como bases metodológicas no primeiro momento, análises bibliográficas para que pudéssemos conhecer o processo histórico do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, assim como encontros e conversas com os moradores da comunidade foco da pesquisa, para entender como o processo histórico da criação do parque tem repercutido na vida dos camponeses da comunidade Tratada de Cima.

Posteriormente, a pesquisa se encaminhou para busca de dados junto aos agentes que atuam direto e indiretamente nas questões do parque, como ICMBio para obtenção das informações referentes ao trabalho que esse órgão desenvolve na região, bem como do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para saber o posicionamento dessa entidade diante dos conflitos e saber quais medidas estão sendo tomadas, e saber qual a atuação da prefeitura de Barreirinhas com relação as comunidades que estão dentro da sua jurisdição.

Adotamos como método a dialético com suporte na teoria do materialismo histórico, pois este nos permite conhecer de que maneira processual como se dão as mudanças na sociedade e no meio em que vivem, pois ao longo do tempo o homem produz o que é necessário para sua existência, e é por meio do trabalho que este vai criando sua história e modificando o meio em que vive, isso permite observar como o homem camponês se comporta nas suas relações de trabalho com a terra e das suas lutas em meio as dificuldades enfrentadas na sua vivência no campo.

Com isso, é possível compreender melhor a forma de organização, das lutas e dificuldades diante do órgão gestor do parque, para isso, foram realizadas visitas na comunidade Tratada de Cima, onde estabelecemos contatos e diálogos com os comunitários visando conhecer o modo como sobrevivem em meio às dificuldades e diversidades, sejam elas na saúde, educação, infraestrutura, no caso da energia elétrica, que ainda não é acessível em todas as comunidades que habitam no parque, e entender como em meio tantos problemas eles permanecem na área e sem qualquer interesse de abandona-la.

Durante a primeira atividade de campo realizada junto à comunidade em dezembro de 2019, passamos três dias convivendo e vivenciando a rotina simples de trabalho, conversando com os moradores mais antigos para conhecer a história de luta enfrentada por eles. Foram realizadas rodas de conversas onde foi possível compreender os pontos de vista de cada um sobre as questões relacionadas ao parque, bem como dos problemas que afligem a comunidade e também sobre as perspectivas de futuro das novas gerações de camponeses.

Nesse primeiro momento foram entrevistados 16 (dezesseis) comunitários da Tratada de Cima, entre 18 e 72 anos, para obtermos as informações e histórias dessas pessoas, e como eles se veem diante das novas regras após a criação do parque, foi entrevistada também a representante dos moradores locais, que trabalha em luta da comunidade e atua também como a mediadora e responsável para que haja diálogo entre o ICMBio e os camponeses da Tratada de Cima.

Nas entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos camponeses e suas lideranças locais, foi possível conhecer um pouco das limitações que lhes são impostas em virtude da ocupação de uma área de proteção federal. Buscamos levantar quais as principais mudanças implementadas e que afetam a manutenção de seu modo de vida a partir da criação do PNLM, assim como também entender quais as expectativas dos comunitários diante da possibilidade concessão da administração do parque para grupos

privados, medidas estas já anunciadas pelo governo federal, buscamos saber como e se os mesmos estão informados a sobre as reuniões de viabilização de tal medida e como tem sido a participação dos membros da comunidade, tendo em vista que foram realizadas algumas reuniões no município Santo Amaro (MA), e também na comunidade Tratada de Cima, que entre as pautas levantadas pelo ICMBio, foi discutido o TERMO DE COMPROMISSO, um acordo que será firmado junto aos moradores sobre o que lhes é ou não permitido nas dependências do parque com a aprovação previa do ICMBio, ou seja, para que os moradores possam exercer suas funções do campo e do dia-dia, eles precisarão de uma autorização, seja para plantar, criar animais, construir suas casas entre outros.

4. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Para compreender a importância da categoria território nesta pesquisa, é necessário entender o seu sentido histórico, e de como se insere com os agentes estudados neste trabalho. Historicamente os estudos sobre território sempre foram conduzidos pela geografia, porém, o sentido de território inicialmente estava ligado aos estudos da biologia e zoologia nos comportamentos dos animais.

Friedrich Ratzel foi um dos primeiros a incorporar o território como objeto de estudos da geografia, com a ideia de “espaço vital”, foi com os estudos voltados para outras categorias como espaço e região que, aconteceu uma reformulação de como se pensava o terreno, e partir daí passou a ser observado da maneira como conhecemos hoje (FERREIRA, 2014).

O território como estudo das ciências humanas foi aprofundado e ganhou novos olhares na maneira que ele deve ser estudado, entre as importantes concepções do território está a territorialidade que “designa a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano” (SPOSITO, 2009, p. 11), o que leva a pensar de qual maneira o território é visto pelos povos tradicionais, ou seja, não é visto apenas como um pedaço de terra que possua valor econômico, mais sim uma terra que guarda suas histórias e valores, explicando assim o sentimento de pertencimento.

Para o autor Claude Raffestin (1993), o território é visto em uma concepção mais complexa, levando em consideração uma análise mais voltada para o político e econômico, porém, sem deixar de reconhecer os valores culturais agregados ao tanto no sentido de território quanto da territorialidade. Raffestin (1993) também afirma que na

construção do território é necessário haver antes o espaço, ou seja, para o território existir é necessário haver como “matéria prima” o espaço como fonte de sua existência.

[...] espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (RAFFESTIN, 1993, 143).

Desse modo, o território na visão do autor seria um conjunto de relações interpessoais que mantem uma ligação entre a terra e os que nela vivem, ou seja, o território seria uma obra que possui as apropriações de valores tanto cultural, valores, político e econômico.

Dessa forma, compreendemos que território para povos tradicionais vai além da posse da terra, é uma relação direta com o local em que vivem fazendo dele parte de si, e diferentemente da visão do estado que observa território como poder, limites, fronteiras, para os que da terra vivem essa relação ultrapassa esses limites.

Para Haesbaert, o território possui um sentido “material e simbólico”, uma vez que território ou territorialidade tem a ver também com uma dominação política e que, dentro deste contexto de domínio é empregado o terror na sua consolidação. Para o autor, ainda que o território ao longo do tempo passa por modificações e ganha também seu sentido cultural, ele ainda está vinculado ao valor histórico da posse de terra.

[...] desde sua origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterritor (terror, terrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2007, p. 20).

Segundo Oliveira (2019), o território pode ser dividido em algumas variações como, território natural, território político, território econômico, território cultural ou simbólico, também fala que território pode ser relacionado com “uni funcional”, e “espaço-tempo-vivido”. Nesse sentido a territorialidade nada mais é que um conjunto de ações vividas seja no âmbito político jurídico, cultural, ancestral, convivência social, que traz para um povo o sentimento de pertencimento de onde vive (apud HAESBAERT, 2007, p 20-21).

Na geografia o território é uma categoria de estudo que se propõe a compreender as relações sociais e as do poder que esse espaço proporciona a aqueles que o detém

(FERNANDES, 2008), no entanto o território para povos tradicionais ultrapassa o entendimento que se tem sobre essa categoria, neste caso específico a posse de terras não vincula-se ao valor econômico ou de hegemonia, trata-se de valor pessoal, cultural, de pertencimento daquele pedaço de terra que faz parte da existência como indivíduo.

No contexto de organização do espaço e de interesses geopolíticos o território é o modo de estruturar o poder que as instâncias governamentais exercem sobre um local, a organização abrange todas as esferas políticas (municipal; distrital; estadual e federal), cada uma exercendo suas funções administrativas para manter o funcionamento das entidades subordinadas a cada uma delas.

Fernandes (2008) destaca a variável utilidade que a categoria território possui em meio aos temas de estudos de diversas áreas, assim como no contexto público ele também pode ser abordado em situações de ordenamento privado, nesta situação por estarem envolvidos interesses econômicos específicos atingem setores sociais tanto em áreas urbanas como no campo.

A posse de territórios sobre o domínio privado e os conflitos no campo estão correlacionados pois é a utilidades desses espaços que criam as situações de instabilidade, comunidades tradicionais que vivem em áreas rurais possui uma relação com sua terra que vai além dos interesses financeiros, por outro lado donos de grandes extensões de terras dão o valor ao seu território pelos ganhos produtivos, dessa forma o território deve ser compreendido através das relações sociais e econômicas que o homem impõe a ele (RODRIGUES, 2012, p.4).

As relações que se desenvolvem dentro do território estão ligadas com a finalidade que cada indivíduo constrói para seu meio de vida, Fernandes (2006) aborda a questão na perspectiva que o espaço e território são duas categorias que apesar de estarem muito ligadas quanto as relações sociais que são criadas em cima delas, ambas possuem uma dicotomia diferenciada e não devem ser tratadas como iguais para compreender o uso do território (FERNANDES, 2006).

Nesse sentido quando se fala de território não é apenas no sentido de unidade política administrativa, mas também do território no seu conceito geográfico, é nessa visão que podemos compreender que no espaço político que se desenvolvem as relações sociais como conhecemos entre o homem e a finalidade que ele propõe para o seu território, já na perspectiva geográfica o território está associado as dimensões/delimitações do espaço.

O espaço e suas características e finalidades sociais é que geram o território, Fernandes (2005) descreve o território como um “espaço aprimorado” que depende do uso e da finalidade que este representa para o desenvolvimento dos grupos da sociedade, e por ser uma unidade que possui limites e fronteiras o território cria o poder de quem o detém e na forma como são administrados podem gerar os conflitos sociais presentes nas cidades e no campo (FERNANDES, 2005).

O espaço e o território são chaves importantes para entender as relações que o homem constrói entre si e o local onde ele estabelece a sua vivência, o modo de uso da terra que cada sociedade estabelecer indicam a importância que um território passe a ter tornando-se algo pertencente a ele, não apenas em modo material, mas que envolve valores religiosos, culturais e familiares (ABREU, 2015).

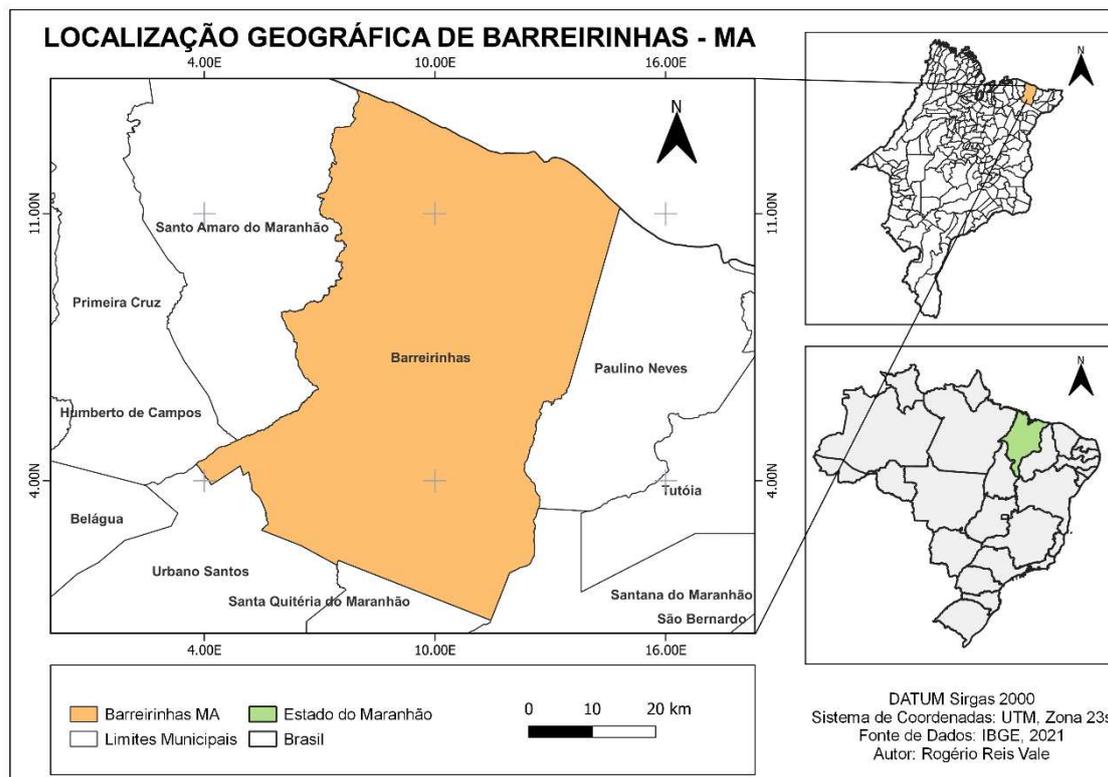
Nesse sentido é importante correlacionar a importância do território para alguns grupos da sociedade, o homem camponês por exemplo possui uma relação com seu território de uma forma mais afetiva, as atividades que este desenvolve não estão apenas ligadas a obtenção de lucro, a terra é o seu modo de vida onde são desenvolvidas suas atividades de trabalho e familiares tornando-os parte daquele lugar (Costa, 2019).

5. LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO DA CIDADE DE BARREIRINHAS

De acordo com pesquisas realizadas por meio de documentos bibliográficos, a formação administrativa de Barreirinhas ocorreu por meio do decreto provincial nº 481, de 14/06/1871 que a elevou a categoria de vila, sendo desmembrado do município de Tutoia, posteriormente foi elevada a categoria de cidade por meio da lei nº 45, de 29/03/1938, a partir de então passou a ser a município sede.

Barreirinhas é um município do estado do Maranhão, fica distante da capital cerca de 262 km, o principal meio de acesso a cidade é pela BR 402, MA 225 e MA 315, além do acesso via aéreo que é feito por pequenos aviões particulares, o município possui uma população estimada de 62, 528 pessoas (IBGE 2019), sua extensão territorial é de 3.047,050 km² (IBGE 2019), faz fronteira ao Norte com Oceano Atlântico; a Leste com o município de Paulino Neves; a Oeste com Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz; e ao Sul com Urbano Santos e Santa Quitéria do Maranhão, Barreirinhas está situada na microrregião dos lençóis Maranhenses, suas coordenadas geográficas são: latitude 2°45'12”S e longitude 42°49'33”O (Figura 1).

Figura 1 - Localização Geográfica de Barreirinhas - MA



Fonte: IBGE, 2021

Org.: Autoria Própria

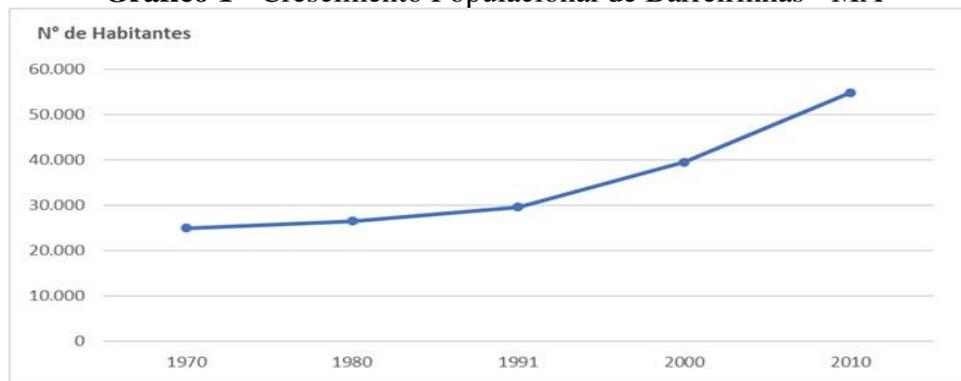
O município está localizado em uma área de transição entre o cerrado e a caatinga, possui vegetação de dunas, restingas e mangues, além do clima quente que oferece sol o ano todo, na região encontra-se duas estações climáticas bem definidas, o período de estiagem que vai de junho a novembro e o período das chuvas que inicia em dezembro e vai até meados de maio, o solo é predominantemente arenoso em toda sua extensão. (IBGE 2021)

Barreirinhas é considerada a principal cidade para quem deseja conhecer os Lençóis Maranhenses, possui uma grande rede de pousadas, hotéis, resorts e restaurantes, boa parte dos moradores da cidade possui vínculos com o ramo do turismo que nas últimas décadas vem crescendo após a construção da BR 402 (Figura 2) inaugurada em 2002, impulsionando a economia do município através da ascensão do turismo na região.

Figura 2 - Município de Barreirinhas

Fonte: Melhores Destinos

A população no município de Barreirinhas em meados de 1995 era de aproximadamente 29.640 habitantes (Censo IBGE, 1991), após a construção da BR-402 que liga a cidade a capital do Estado o número populacional teve um aumento expressivo, um dos principais fatores deve-se ao aumento de visitantes e a crescente demanda de mão-de-obra que a cidade precisava para ocupar os postos de trabalho nos setores de bares, restaurantes, hotéis e comércio em geral proporcionados para atender as demandas do turismo. O Gráfico 1 mostra o aumento da população no município de Barreirinhas divulgados nos censos do IBGE de 1970 a 2010.

Gráfico 1 - Crescimento Populacional de Barreirinhas - MA

Fonte: SIDRA/IBGE

Uma das principais fontes da economia do município está baseada no turismo, mas conta também com o setor de serviços, a pesca, a agricultura local com produção de banana, melancia, milho, mandioca e feijão, que representam 38% da economia local, Barreirinhas também conta com a produção de energia elétrica limpa, são 48 aerogeradores do Complexo Eólico Delta III que geram aproximadamente 13% da energia fornecida para o Estado do Maranhão, outra atividade econômica é a exploração

de petróleo ainda em fase inicial, conta com dois poços localizados na Bacia de Barreirinhas que são explorados pelas empresas Devon Energy e Petrobras (BARREIRINHAS, 2022).

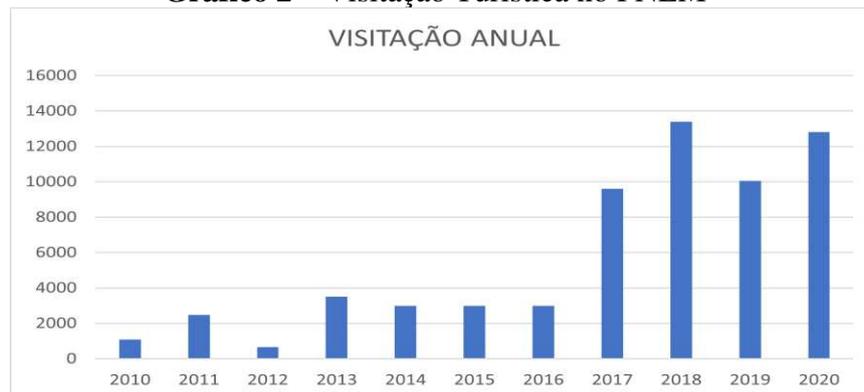
Quanto aos números oficiais da economia divulgados pelo IBGE, o município possui um PIB per capita (2019) de R\$ 7.714,75, colocando-o na posição 95º em comparação a outros municípios do Estado, quanto aos números de empregos formais registrados na cidade foram cerca de 242 principalmente em hotéis, bares e restaurantes além da instalação de 73 negócios empresariais de diversos setores nos últimos anos.

Considerada a Capital dos Lençóis Maranhenses, o município de Barreirinhas vem ganhando destaque como um dos principais destinos turísticos na Região Nordeste, por essa razão o Governo do Estado investiu diversas obras de infraestrutura para o município, entre as principais estão a construção da MA- 315 que liga Barreirinhas ao município de Paulino Neves, viabilizando o deslocamento para a Rota das Emoções, e a construção do terminal de passageiros do Aeroporto Regional de Barreirinhas que já recebe voos regulares diários (MARANHÃO, 2021).

6. EVOLUÇÃO DO TURISMO NA CIDADE DE BARREIRINHAS

Barreirinhas, assim como a grande maioria das cidades do interior vivia de forma calma e desconhecida, onde seus moradores possuíam hábitos tradicionais da sua época, após a criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em 1981, o município começou a sentir os primeiros efeitos que o turismo viria trazer posteriormente para a região dos lençóis.

Ainda com um crescimento baixo da exploração turística devido ao acesso a Barreirinhas ser feito por estrada não pavimentada, a cidade começou a ser mais conhecida após a construção da BR 402, que liga a capital São Luís até o município de Barreirinhas, o trajeto que antes durava 8:00 horas de viagem pois o acesso era feito via cidade de Urbano Santos foi encurtado em apenas 3:30 horas pela nova estrada, isso contribuiu para o aumento do fluxo turístico na região. A partir dos dados demonstrados no Gráfico 2 é possível observar o aumento de visitantes no PNLM após a construção da BR – 402.

Gráfico 2 – Visitação Turística no PNLM

Fonte: ICMBio

Após o ano 2000, houve um aumento da procura de turistas que desejavam conhecer os Lençóis Maranhenses, desse modo o governo da época em parcerias com outras entidades (IBAMA, Agência Espanhola de Cooperação-AECI, e o Ministério do Turismo- Mtur), começaram a planejar projetos de capacitação, organização e divulgação, dentro e fora do Brasil.

Em 2015 foi realizado através do Ministério do Turismo, Sebrae Nacional e a Fundação Getúlio Vargas, o “Índice de competitividade do Turismo Nacional”, uma pesquisa realizada entre os principais destinos turísticos do Brasil, para avaliar o grau de competitividade de cada destino onde a pesquisa foi realizada, entre os itens avaliados estavam a infraestrutura geral, atrativos turísticos, acesso, capacidade empresarial, aspectos sociais entre outros. Dos destinos avaliados na edição de 2015, Barreirinhas se mostrou abaixo do nível esperado, os piores índices ficaram com aspectos culturais, acesso, economia local e marketing e promoção do destino, todos ficaram abaixo do nível três da pesquisa, levando em conta que os níveis variavam do um ao cinco. Por outro lado, os índices mais altos foram o de aspectos ambientais, estrutura geral e atrativos turísticos, que ficaram posicionados entre os níveis três e quatro.

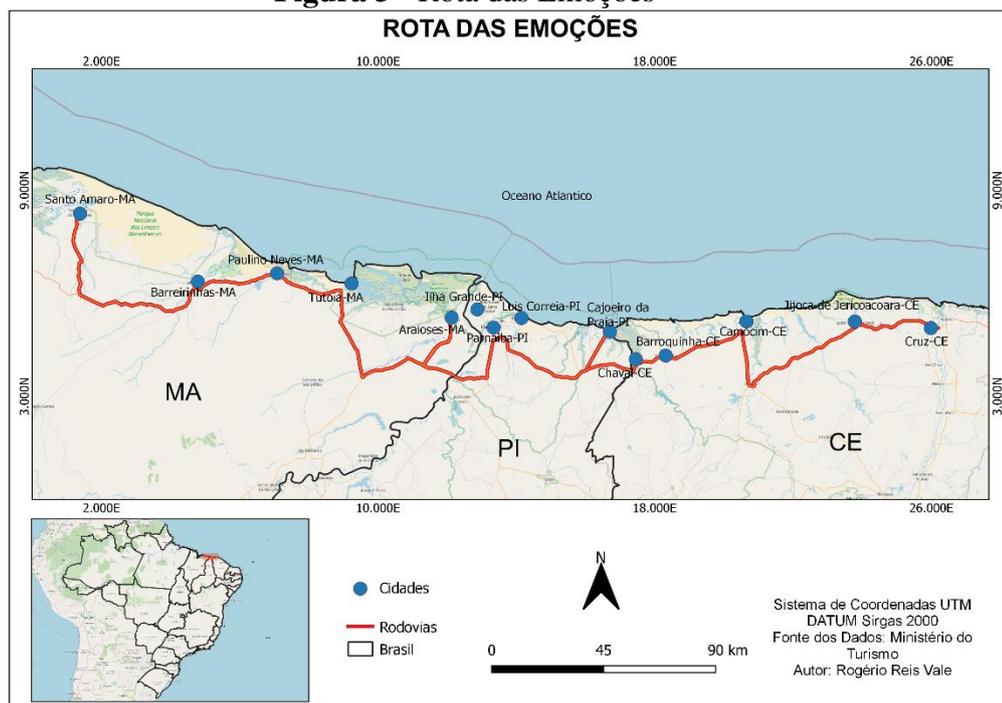
Como meio de impulsionar o turismo na região dos Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba e Jericoacoara, começou a ser criado em 1998 um plano que pudesse oferecer a oportunidade de conhecer três grandes destinos em um só pacote turístico, a ideia seria oferecer um ecoturismo de aventura por três Estados, inicialmente o percurso ficou conhecido como Jeri-Delta-Lençóis.

A partir de 2005 com a participação do Ministério do Turismo, SEBRAE, empresários e sociedade civil foi criada a Rota das Emoções (Figura 3), o destino abrange os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão sendo 14 cidades que fazem parte desse roteiro

que levam os visitantes a conhecer o Parque Nacional de Jericoacoara, Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

O propósito dessa ideia era impulsionar o desenvolvimento turístico dessa região com o conceito de ecoturismo de aventura, haja vista que antes da criação da rota a região já possui grande potencial turístico, mas que não era explorado da forma correta, a ideia central era estrutura a região com o intuito de crescimento de todos os atrativos de forma proporcional, trazendo renda e oportunidades para as pessoas que residem na região.

Figura 3 - Rota das Emoções



Fonte: Ministério do Turismo
Org.: Autoria Própria

O desenvolvimento do turismo em uma região traz consigo não apenas melhorias na perspectiva econômica, mas também atinge positivamente ou negativamente alguns grupos, comunidades e regiões, o custo de vida, o preço dos alimentos e a especulação imobiliária são alguns exemplos dos impactos para as pessoas que vivem em zonas de exploração turística.

Os impactos do turismo referem-se a “[...] um conjunto de modificações ou sequências de eventos, provocados pelo desenvolvimento da atividade nas localidades receptoras[...]” (KINKER, 2002, p. 25)

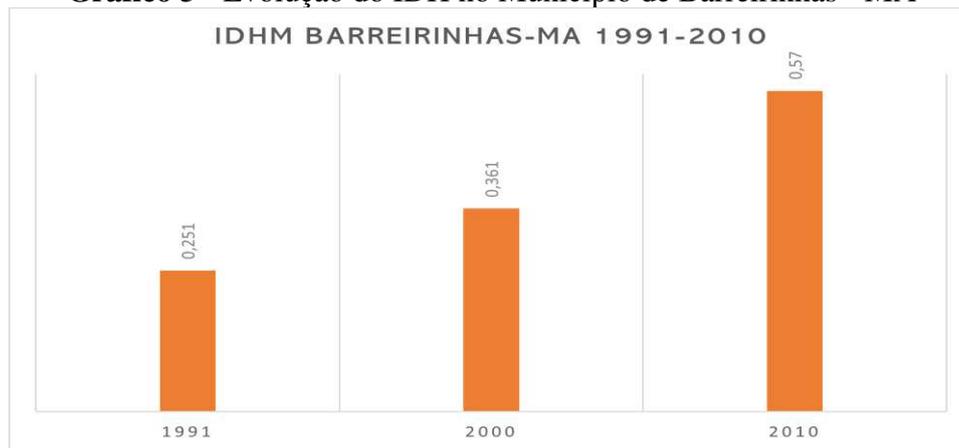
Cabe ressaltar que além dos impactos econômicos característicos que são encontrados em regiões turísticas, os efeitos social e cultural também são outros fatores

importante para compreender até que ponto o turismo mostra-se favorável a uma população e a biodiversidade, questões como segurança pública, saneamento básico, degradação de ecossistemas locais e a mudança dos hábitos de animais que são afugentados pela presença humana são aspectos relacionados a esse tema.

A chegada do turismo em cidades pequenas são motivos de contrariedade sobre os benefícios e pelos prejuízos causados por ele, a certo afirma que a exploração turística atrai investimentos públicos e privados para uma região, a construção de estradas, aeroportos, estabelecimentos comerciais, pavimentação de vias e melhoramento da saúde são exemplos básicos observados em cidades que tem o turismo como uma das principais fontes de renda.

A região Nordeste por apresentar belezas naturais paradisíacas tornou-se um forte polo turístico no país, nesse sentido foi necessário haver planos de investimento que pudesse desenvolver a região para receber grandes fluxos turísticos, (KASPARY, 2012) destaca que o conceito de desenvolver uma região não está apenas atrelado a um velho conceito que associava o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, o que nem sempre acontece.

A questão do desenvolvimento de uma cidade onde o turismo é fortemente explorado entra nesta discussão pois nesse sentido podemos observar o ponto positivo trazido por este setor, diferentemente do antigo método onde o crescimento econômico por si só era visto como desenvolvimento foi modificado ao longo dos anos, com o novo modelo a equação utilizada conciliou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desse modo, o acesso a educação e saúde; água potável; e saneamento básico entrariam no novo cálculo. É nesse ponto que os investimentos proporcionados pelo turismo são considerados como meio positivo para a população que vive em zonas turísticas, tal evolução positiva no município de Barreirinhas pode ser observada no (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Evolução do IDH no Município de Barreirinhas - MA

Fonte: Senco IBGE

Atualmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) leva em consideração para classificação do IDH não apenas os fatores econômicos e o produto Interno Bruto (PIB), pois essa classificação não conseguia refletir com clareza a riqueza de um país ou uma cidade com a qualidade de vida da sua população. Desse modo, o turismo como atividade econômica em certas regiões pode ser considerado como meio de trazer uma considerável melhoria de vida para uma região, pois através dele diversos benefícios na infraestrutura, saúde, segurança pública são mais ampliados e esses são pontos importantes para o PNUD.

Em uma outra visão sobre o turismo enquanto meio de proporcionar mais qualidade de vida também pode ser considerado como fator de distanciamento social, isso é explicado pois nem todos os grupos sociais se beneficiam das melhorias que são implantadas, regiões onde há uma forte exploração turística tendem a criar parcelas da população que vivem numa condição de segregação dos espaços, exposição a violência, e perda da identidade local.

Os investimentos proporcionados pelo turismo criam um desenvolvimento estrutural no ponto de vista de instalações de novos empreendimentos como bares, restaurantes, serviços de entretenimento e outros, no entanto cria-se uma falsa impressão de melhoria para a qualidade de vida, uma vez que esses empreendimentos não são criados para atender os cidadãos locais.

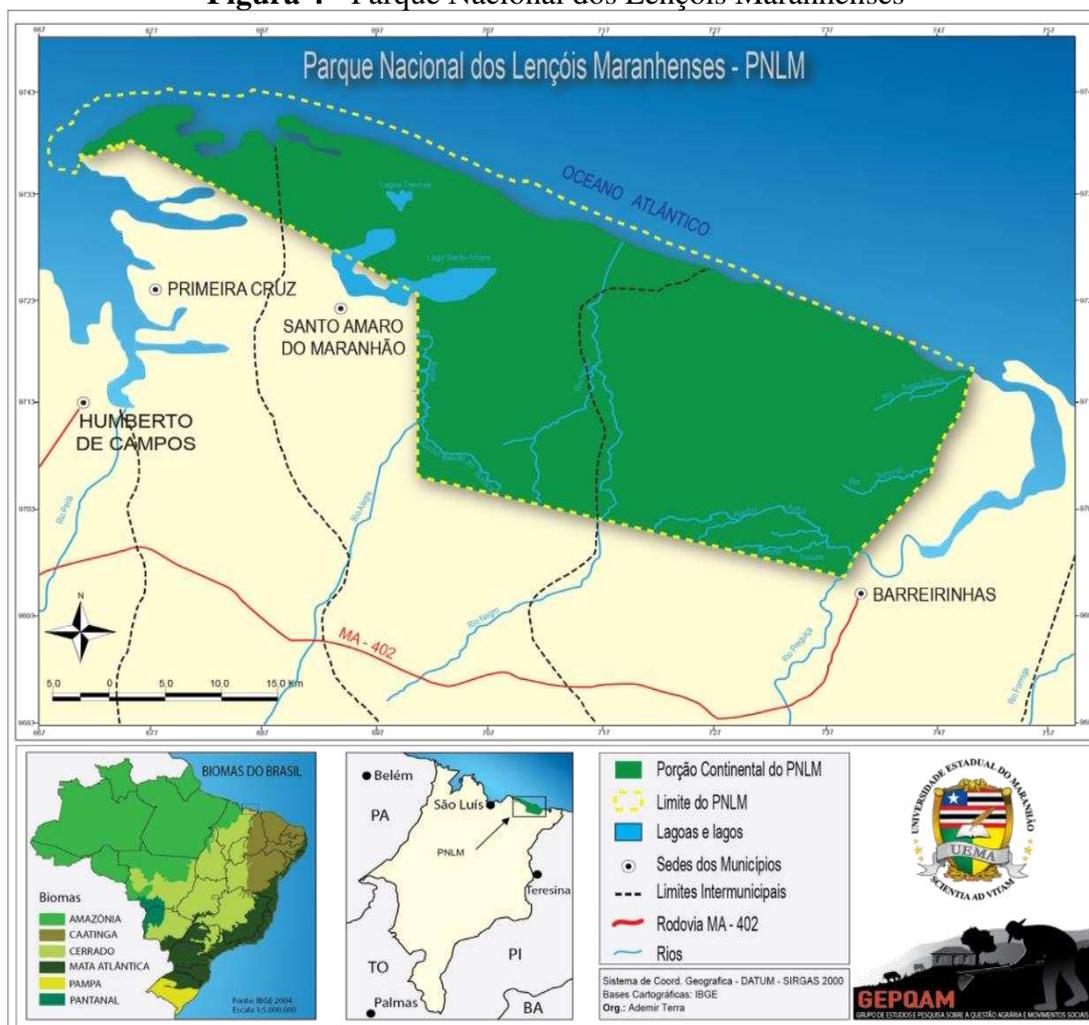
Esse problema ocorre principalmente ao modo como os espaços são administrados, em cidades turísticas o capital privado investe maciçamente em estrutura para atender os visitantes, por outro lado os espaços públicos de lazer e entretenimento

oferecidos pela gestão pública não acompanha o mesmo ritmo estrutural ofertado pelo capital privado (KASPARY, 2012).

7. LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

O PNLM foi criado por meio do decreto-Lei nº 86.060 de 02/06/1981. Localizado no estado do Maranhão e que abrange as cidades de Santo Amaro, Barreirinhas e Primeira Cruz, (Figura 4) possuindo uma extensão de 155.000 hectares de área, cujo biomas e ecossistemas são de Mangue, Cerrado, Restinga e Dunas (BRASIL, 1981).

Figura 4 - Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses



Fonte: IBGE
Org.: Terra, 2018

O parque está inserido em uma área ambientalmente protegida por lei que tem por objetivo preservar a biodiversidade única do local, desde 2007 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é o responsável pela gestão, fiscalização e cuidados com o parque, por se tratar de uma área vulnerável o PNLM foi classificado como Área de Proteção Integral onde o desenvolvimento de atividade humana só pode ser realizado para fins de recreação, projetos educativos e pesquisas científicas.

A sede administrativa do ICMBio fica localizado no povoado Cantinho no município de Barreirinhas, possui aproximadamente 84 funcionários que são responsáveis pelos cuidados de toda a área do parque, são 155 mil hectares entre as cidades de Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão, o Tabela 1 mostra detalhado a divisão dos funcionários em cada setor (BRASIL, 2022)

Tabela 1 - Número de Funcionários do PNLM

Unidade	Cargo/Função	Ns*	Nm*
Sede Administrativa Barreirinhas	Chefe de Unidade	1	
	Coordenador Administrativo	1	
	Coordenador Técnico	1	
	Técnico de Apoio		2
	Vigilante Patrimonial		3
	Serviço de Manutenção		2
Central de Fiscalização Barreirinhas	Coordenador Proteção	1	
	Fiscais	3	
	Apoio Administrativo	2	
	Serviço de Manutenção	1	
Centro de Visitantes Barreirinhas	Coordenador Centro de Visitantes	1	
	Técnico de Apoio	1	
	Apoio Administrativo		2
	Serviço de Manutenção		2
Centro de Visitantes de Atins e Posto de Fiscalização Atins	Coordenador Centro de Visitantes	1	
	Fiscais	6	
	Apoio Administrativo		4
	Coordenador de Embarcação		2
	Vigilância Patrimonial		4
	Serviço de Manutenção		3
Posto de Informação e Controle de Santo Amaro	Técnico de Apoio a Educação Ambiental	1	
	Fiscais	5	
	Apoio Administrativo		2
	Vigilância Patrimonial		1
	Serviço de Manutenção		1
Posto de Informação e Controle de Buriti Amarelo	Fiscais	5	

	Apoio Administrativo	2
	Vigilância Patrimonial	2
Posto de Informação e Controle de Travosa	Fiscais	3
	Técnico de Apoio a Educação Ambiental	1
	Apoio Administrativo	2
	Serviço de Manutenção	1
	Vigilância Patrimonial	2
Centro de Visitantes e Posto de Fiscalização de Primeira Cruz	Coordenador Centro de Visitantes	1
	Fiscais	5
	Apoio Administrativo	2
	Vigilância Patrimonial	2
	Serviço de Manutenção	2

Fonte: ICMBio

Após a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foram estabelecidas algumas classificações que tinham por finalidade organizar as Unidades de Conservação, assim ficaram estabelecidos um controle da atividade humana nessas áreas, o PNLM por ser uma área de proteção integral ficaria restrita a presença direta de habitação nas dependências do parque, contudo seria permitido por exemplo a exploração turística como atividade recreativa (BRASIL, 2022).

Além do trabalho de fiscalização realizado pelo ICMBio que previne a degradação do ambiente, a região do Parque se mantém bem preservada devido ao difícil acesso a região, as trilhas são de terreno arenoso, possui uma vegetação encorpada e por não possuir placas de indicação apenas os moradores locais e guias credenciados conseguem se deslocar com facilidade de um lugar a outro.

Mesmo com todo o trabalho realizado pelo órgão gestor ainda há ocorrência de degradação ambiental causados pela intensa atividade turística, revelando que apenas a criação de uma Unidade de Conservação não garante a integral preservação do local, o trabalho educativo deve ser oferecido aos visitantes para haver uma conscientização do papel de cada um no trabalho pelos cuidados com a natureza (BRASIL, 2016).

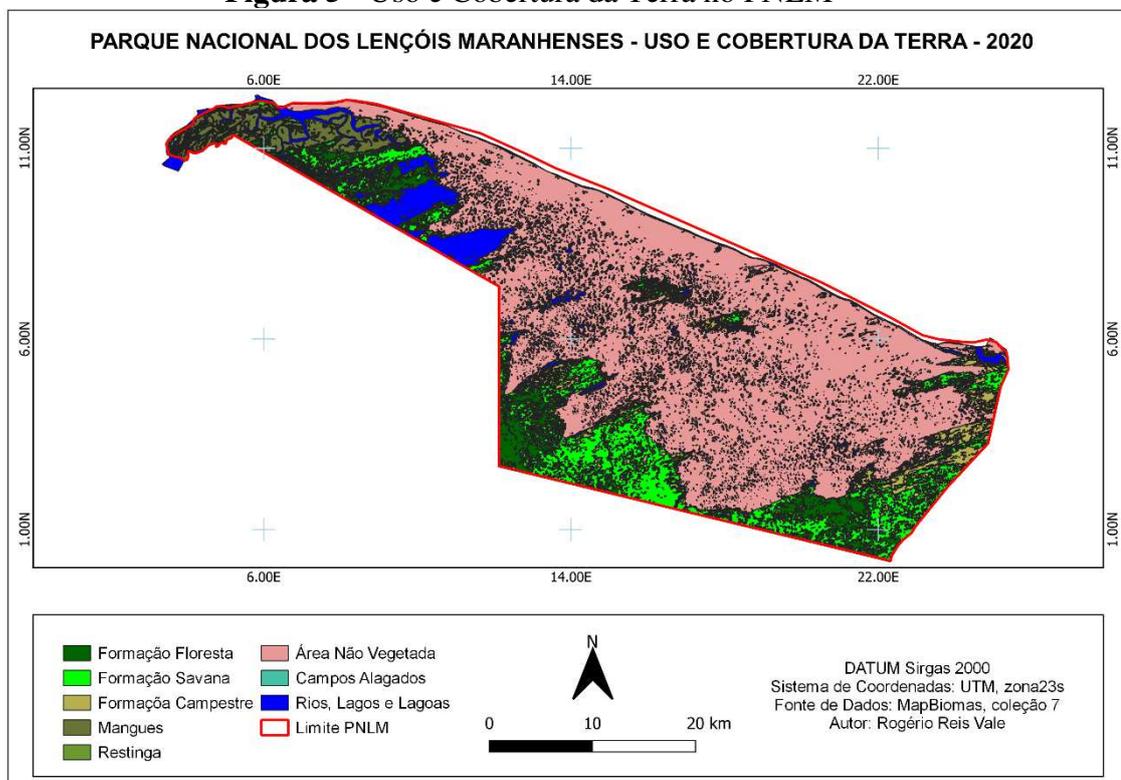
Conforme o Instituto Brasileiro de Estudo Ambientais (IBEA) aproximadamente 80% dos turistas que visitam o parque tem consciência da necessidade da preservação ambiental, porém 50% acreditam que o trabalho educativo não é efetivamente aplicado, além disso quase todos os visitantes do Parque alegam que não são repassados nenhum tipo de informação sobre Educação Ambiental (EA) no momento da compra dos passeios, seja pelos hotéis/pousadas, agências ou pela internet, revelando um grande problema

quanto à administração do PNLN em tratar do assunto junto aos operadores de turismo (BRASIL, 2014)

O IBEA ainda aponta através de um estudo realizado no PNLN que aproximadamente 100% dos turistas que visitam o Parque não sabem o que é uma UCs, e 85% acreditam que o turismo é maléfico para a natureza uma vez que não há conciliação entre a exploração do local com a presença humana, podendo trazer risco como a destruição do meio ambiente e o descarte irregular de lixo nas trilhas (BRASIL, 2014)

O acesso à área de preservação do Parque ainda é feito por meio de veículos de tração nas quatro rodas (denominados 4X4), ou utilizando quadrículos pois o terreno arenoso dificulta o deslocamento veículos convencionais. Se por um lado este tipo de terreno é um empecilho dificultando a circulação de moradores e turistas, por outro lado, contribui para a preservação do local (Figura 5), todavia, esta situação não deve permanecer muito mais tempo, pois no bojo do projeto de concessão de gestão privada inclui a construção de estradas pavimentadas, grandes empreendimentos como hotéis e resorts, o que provocará mudanças radicais tanto na paisagem, no ambiente natural quanto no modo de vida dos comunitários que habitam o Parque e também do seu entorno.

Figura 5 - Uso e Cobertura da Terra no PNLN



Fonte: MapBiomias

Org.: Autoria Própria

Áreas ambientalmente protegidas são criadas para preservar um bem natural de singular importância para a biodiversidade e povos que dependem desses locais, a ideia de criar locais protegidos são encontradas em diversos locais do mundo ao longo do tempo, povos árabes a mais ou menos 15 séculos já adotavam meios de proteger alguns de seus territórios que possuíam recursos importantes como a água para garantir a sobrevivência, comunidades na Índia e em países africanos também criavam meios de proteger florestas que eram consideradas sagradas para seu povo (OVIEDO, 2008)

As áreas de proteção foram consideradas assuntos importantes de serem tratados dentro de governos uma vez que, os recursos naturais da fauna e flora seriam fundamentais na manutenção para a vida humana, os primeiros registros de um chefe de governo a tratar do assunto (não da forma que conhecemos hoje), são de 2.300 anos atrás, onde o líder do império Múria determinou por meio de um documento que seria proibido a caça de animais nas terras que pertenciam aos seus domínios (WILDER, 2009)).

O maior exemplo sobre a questão da proteção ambiental como conhecemos hoje surgiu em 1872 nos Estados Unidos com a criação do Parque Nacional de Yellowstone (PNY), no entanto a ideia de criar uma área de natureza intocada que não poderia ser explorada pelo homem foi criticada na época, especialmente pelo forte movimento da criação de novas indústrias e do aumento populacional que consideravam a ideia de proteger um grande apanhado de terras algo “inútil”, pois esse território poderia ser utilizado e explorado em detrimento do avanço capitalista da época (Saito, 2002).

Apesar das críticas relacionadas a criação do PNY e as regras subsequentes que seriam implementadas, os governos da época trataram o caso como prioritário e com isso puderam ser realizados diversos estudos ambientais em toda a região a fim de conhecer a singularidade da biodiversidade, após a primeira fase de estudos preliminares foram determinadas as regras do governo para a proteção do parque, entre elas foi proibido o corte de madeira e minerais; provocação de incêndio de origem humana; proibição da caça de animais; proibição de residentes permanentes; proibição de venda de bebidas e entorpecentes. É possível notar a semelhanças dos regulamentos dos parques nacionais brasileiros com os utilizados em PNY (Estados Unidos, 1872).

A criação de áreas protegidas na América do Sul teve forte influência no modelo adotado nos Estados Unidos, a Argentina foi o primeiro país da região a criar um parque nacional em 1922 (Parque Nacional del Sul rebatizado em 1934 para Parque Nacional Nahuel Huaiquí), o idealizador da causa foi Francisco Pascacio Moreno que havia recebido do governo argentino uma considerável extensão de terras e posteriormente decidiu

devolvê-las ao governo, mas com a condição que seria criado leis que protegessem o local, mantendo sua preservação (Escarzanella, 2002).

No Brasil havia uma grande preocupação de ambientalistas e pessoas interessadas na pauta sobre a necessidade de haver proteção legal para áreas de biodiversidade única, no entanto os projetos de criação de um parque nacional sofreu diversos atrasos principalmente pelo fato que o Brasil não possuía uma lei geral de proteção aos ecossistemas nacionais.

Em 1934 foi criado o primeiro código florestal que tinha seus objetivos unificar as leis de proteção a natureza e animais de todo o país (ALMEIDA, 2018), com isso o projeto de criação do primeiro parque nacional do Brasil poderia finalmente ser realizado, para tanto foi necessário diversos nome da área ambiental como Berta Lutz; Frederico Carlos Hoehne; Candido Firmino de Melo-Leitão; alguns deles ajudaram na elaboração do primeiro código florestal como é o caso de Edmundo Navarro.

Foi com base neste Código Florestal que foi criado em 1937 o Parque Nacional do Itatiaia no Estado do Rio de Janeiro, a região foi escolhida para se tornar a primeira área protegida no país pois estava localizada em uma região com uma biodiversidade única com espécies raras, outro fator que influenciou a escolha foi pelo conhecimento científico que já havia sido feito na região que propiciou para os processos legais de criação do parque.

8. Comunidades do Parque

Com uma área de 270 km² de extensão, o PNLN possui dentro dos três municípios que compõe o parque um grande número de comunidades que já existiam bem antes da criação da UC, com isso as pessoas que ali viviam tiveram que seguir regras da legislação que tinha como objetivo proteger toda essa área, porém, durante esse processo não foram levados em conta os fatores culturais e ancestrais desses povos, que passaram a conviver com restrições que prejudicaram a manutenção e o valor social dessas comunidades.

De acordo com Engels (1981):

[...] O pequeno lavrador que cultiva sua terra não só é livre como nem detém a posse segura de seu pedaço de terra. Ele, da mesma forma que sua casa, seus animais e sua parcela de terra, pertence ao usurário; sua vida é mais insegura que a do proletário, que pelo menos vive de vez em quando dias tranquilos, coisa que não conhece o escravo atormentado de suas dívidas. [...] (Engels, 1981 p. 66-67)

Em 1977 o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDEF) realizou um estudo na região onde viria ser criado o PNLM para fazer um levantamento fundiário, os resultados mostraram que havia a presença humana residente na área, os primeiros moradores a chegarem na região vieram dos Estados do Piauí e Ceará, que fugiram de uma grande seca em direção aos Estados do Maranhão e Pará.

Mesmo com o conhecimento de comunidades vivendo nesta área não foi feito nenhum plano para determinar quantas famílias residiam e nem as atividades que eles desenvolviam, à época foi apenas descrito de forma simplória que residiam pessoas na área que viria ser criado o Parque, esse fator foi determinante para compreender a atual situação social dos moradores do PNLM.

Em 2002 com a publicação do plano de manejo do PNLM novamente a questão das famílias foi negligenciada, apenas algumas informações foram descritas no documento, que apontava a presença de aproximadamente 215 famílias residindo na condição de posseiros, mas não foi citado a localização exatas dessas comunidades, apenas as localidades de Baixa Grande, Queimada dos Britos e Travosa foram consideradas como sendo de origem tradicional.

Após a criação do plano de manejo foi feito o primeiro levantamento fundiário para determinar a quantidade de moradias e pessoas que viviam no Parque, contudo não foi inserido no projeto mapas georreferenciados, levantamento sociocultural ou qualificação civil, pela falta desses e de outros pontos necessários não era possível abrir processos para a regularização das terras que pertenciam aos moradores, o levantamento trazia apenas algumas poucas informações como nomes de moradores e algumas cópias de escrituras.

De acordo com a Nota Técnica nº 3/2019 elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e ICMBio, destaca que foi durante o processo de recolhimento dos dados para a elaboração do levantamento fundiário que os moradores das comunidades ficaram sabendo que eles estavam dentro de uma Unidade de Conservação Federal, é notório que em nenhum momento do processo de criação do PNLM a população local participou ou teve conhecimento das atividades que estavam sendo realizadas.

Posterior a criação do Instituto Chico Méndez de Conservação da Biodiversidade em 2007, foi realizado um novo levantamento sobre as famílias do Parque e constatou-se a presença de 1698 pessoas, posteriormente, o IBGE fez o primeiro censo para determinar

a população residente no PNLM e conseqüentemente seria possível pôr em prática as políticas sociais necessárias, ao todo foram contabilizados 5.572 pessoas distribuídas em 1024 famílias.

Devido à demora nos processos para as regularizações fundiárias as comunidades estão impedidas de desenvolver suas atividades cotidianas típicas de pessoas camponesas, a insegurança social tornou-se parte da vida de todos e não há perspectiva de uma mudança num curto prazo. Em 2017 foi realizado uma audiência entre as comunidades, ICMBio e Ministério Público, na qual ficou acordado alguns pontos a serem realizados pelo Instituto Chico Mendes como: A construção de um Termo de Compromisso; Levantamento Fundiário; e a Revisão do Plano de Manejo para inclui as comunidades. Nenhum desses compromissos foram efetivados pelo órgão gestor.

Os conflitos no campo passaram a ser a principal preocupação destas comunidades, que se viram impedidos de exercer sua plena função como antes, recebendo apenas a alcunha de invasores, e que passariam obedecer a ordens, pois durante a criação do PNLM não foram feitas quaisquer consultas prévias sobre os direitos e obrigações a que eles doravante estariam submetidos, processos foram abertos ao longo dos anos para tentar resolver os problemas causados a essas famílias, nenhum deles foi aplicado efetivamente e os danos crônicos estão cada vez mais enfraquecendo os povos tradicionais do PNLM.

Brito (2008) descreve algumas razões para os conflitos em UCs

A presença de populações humanas dentro de UCs e nos seus espaços de influência tem várias razões. Algumas são primordiais como por exemplo, a maneira como a unidade foi criada, a extensão da área, as categorias de manejo, a localização da unidade, a situação administrativa; e o seu grau de implantação. Essas são algumas variáveis que influenciam na construção e na dimensão dos conflitos, entre poder público e as populações usuárias dos recursos naturais no Brasil. (BRITO 2008, p. 6-7)

Com isso o homem camponês e suas práticas culturais passaram a sofrer com as medidas impostas como na criação de seus animais (sendo proibido a criação de porcos), nos seus cultivos e plantações, passando a ser ilegal a roçagem de pequenas áreas para plantação de milho, feijão, melancia no período chuvoso, bem como na proibição de construção de qualquer tipo de moradia, seja alvenaria e outros, implicando em multas que na atualidade variam de R\$1.500 a 2.000 reais.

Sobre as lutas camponesas enfrentadas, Engels (1981) cita que:

O mais importante, em tudo isto, é e continua sendo fazer os camponeses compreenderem que só poderemos salvá-los, conservar a propriedade de sua casa e de suas terras, convertendo-as em propriedade e exploração coletivas. É justamente a exploração individual, condicionada pela propriedade individual, que conduz os camponeses à ruína. Se se aferrarem à exploração individual, serão inevitavelmente desalojados de suas casas e de suas terras e seu método antiquado de produção será substituído pela grande exploração capitalista. O problema está assim colocado e nós viemos oferecer aos camponeses a possibilidade de eles mesmos implantarem a grande exploração, não por conta do capitalista, senão por sua própria conta, coletivamente. Será que não é possível fazer os camponeses compreenderem que isto é feito em seu próprio interesse, que é seu único meio de salvação? (Engels, 1981, p. 74-75).

A união entre os moradores do Parque é importante para compor a solidez da luta enfrentada por eles. O papel das lideranças locais e de associações, também é fundamental para que essas comunidades se mantenham conectadas e compartilhando informações que possam ajudar a todos, isso também deve ser feito pelos demais moradores, já que há relatos que havia denúncias feitas ao ICMBio que partiam de alguns moradores, isso acaba gerando uma fragmentação e desconfiança entre as comunidades e moradores do parque.

Os conflitos em áreas de proteção ambiental ocorrem na grande maioria pelos moldes que esses espaços são criados, os métodos utilizados durante o período militar já era considerado ultrapassado na época em comparação a outros países, posteriormente as tentativas de adequar a criação das Unidades de Conservação em um novo molde que atendesse as novas realidades de preservação, planejamento e gestão acabaram colidindo com o modo de vida tradicional de comunidades que vivem dentro de UCs, Brito (2008), destaca que o próprio ato de criação de uma unidade de conservação geram limitações para as atividades econômicas e culturais de um povo.

Uma das maneiras encontradas para amenizar os conflitos em unidades de conservação foi a criação de um novo modelo sobre áreas protegidas, conhecido como Reserva da Biosfera, seria criado espaços onde a conservação da biodiversidade estaria conciliada com um planejamento que não afetasse populações tradicionais que vivem em áreas de proteção ambiental.

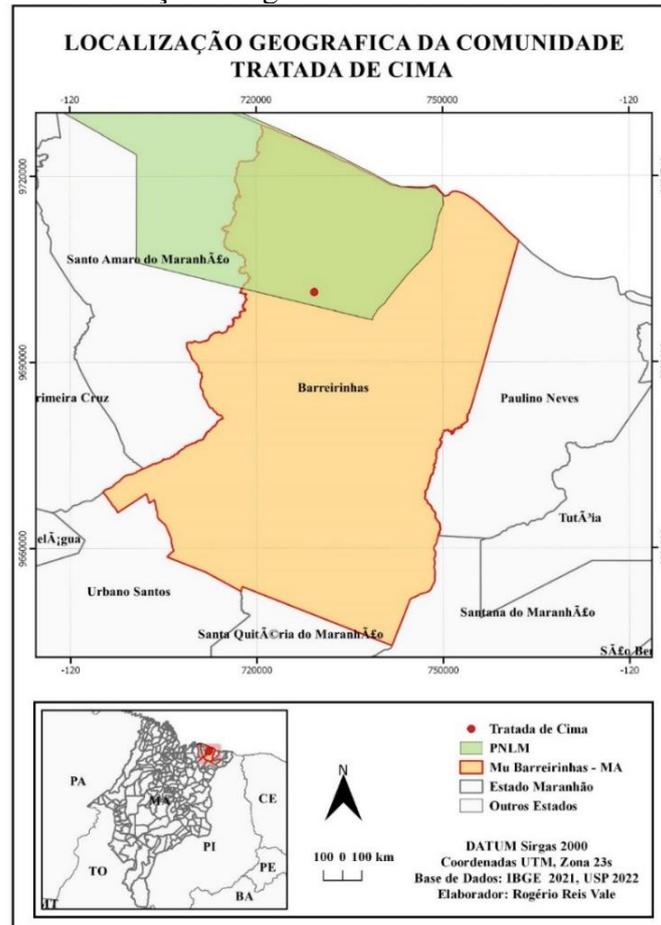
Para tentar amenizar os conflitos que existiam dentro de áreas de conservação foi criado entre 1940 e 1960 duas entidades que tinha a finalidade de discutir propostas para esses problemas, assim nasceram a União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN) e a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CPNAP), em 1982 foi

realizado o II Congresso Mundial de Parques Nacionais onde na ocasião foram discutidos meios de conciliar o desenvolvimento sustentável junto om as comunidades que viviam em áreas protegidas, através desse congresso foi criado um documento conhecido como “The Bali Action Plan” que alterava a visão que era conhecida a relação das comunidades com o meio ambiente.

Com as mudanças propostas pelo “The Bali Action Plan” as famílias que moravam em regiões protegias passariam não mais ser chamadas de usuários tradicionais e sim manejadores tradicionais, essa nova perspectiva mudaria a forma como parques nacionais são conhecidos e permitiram a presença humana nesses locas convivendo em harmonia com a conservação da biodiversidade e a garantia da existência tradicional.

9. Comunidade Tratada de Cima

As localidades que estão no perímetro do PNLN, são compostas de pessoas simples que utilizam dos recursos da terra e da natureza para sua sobrevivência e para a manutenção dos valores culturais, na comunidade Tratada de Cima (Figura 6), recorte empírico desta pesquisa.

Figura 6 - Localização Geográfica da Comunidade Tratada de Cima

Fonte: IBGE

Org.: Autoria Própria

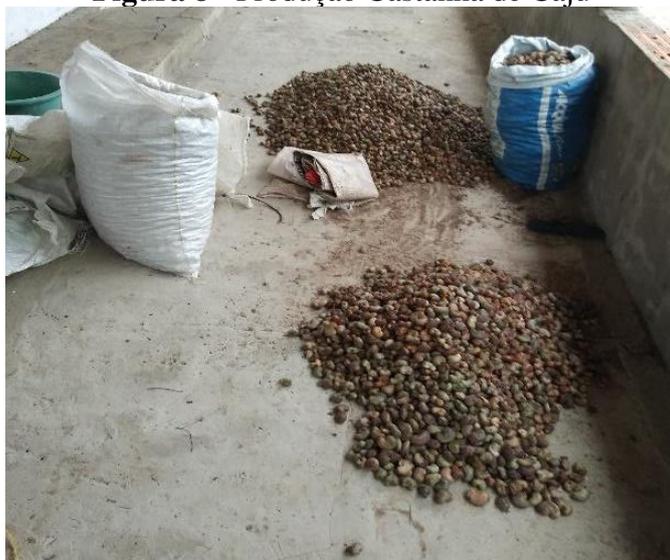
Boa parte dos moradores da comunidade Tratada de Cima tem como principal atividade socioeconômica o extrativismo da castanha do caju (Figuras 7 e 8), criação de pequenos animais para consumo e de cultura de hortaliças. Sem dúvidas, este é um dos povoados que mais vem sofrendo com as ações do órgão gestor, pois há relatos de alguns moradores que foram abordados de forma agressiva pelos agentes do ICMBio, que os teriam ameaçado com prisão como no caso de um dos moradores que havia construído uma calçada na frente de sua residência, e o caso do senhor Antônio Cabral, morador a 30 anos na comunidade, e que teve sua casa derrubada pelo ICMBio, além de ser multado no valor de R\$ 1.200 reais.

Figura 7 - Cajual na Comunidade Tratada de Cima



Fonte: Pesquisa de Campo
Autor: Vale, 2019

Figura 8 - Produção Castanha de Caju



Fonte: Pesquisa de Campo
Autor: Vale, 2019

Em todas as residências visitadas na comunidade Tratada de Cima, foi possível verificar que os moradores sempre mantêm nos seus quintais o cultivo de hortaliças (Figura 9) para o autoconsumo, alguns também têm a prática da roçagem para plantação de feijão, milho, melancia e mandioca, as roças são sempre feitas no período chuvoso da região. Além disso, também é encontrado criações de galinha, porco, bode e algumas em seus currais (Figura 10) poucas cabeças de gado.

Figura 9 - Canteiro de Hortaliças na Comunidade Tratada de Cima



Fonte: Pesquisa de Campo

Autor: Vale, 2019

É importante frisar que na comunidade não há nenhum projeto que seja da prefeitura, estado ou do governo federal, que ajude ou auxilie os moradores locais nas atividades exercidas por eles, esse abandono somado com as limitações impostas à comunidade, acaba levando os camponeses a abandonar da seus território no parque, e os que saem, migram para os centros urbanos como Barreirinhas, passando a viver em áreas da periferia, ficando expostos aos problemas característicos das áreas urbanas, como violência, desemprego e todo tipo de exclusão social.

Figura 10 - Chiqueiro e Curral na Comunidade Tratada de Cima



Fonte: Pesquisa de Campo

Autor: Vale, 2019

A educação e a saúde na comunidade Tratada de Cima também é preconizada, como sendo esses os poucos serviços públicos ofertados pela prefeitura de Barreirinhas, a comunidade possui uma escola (Figura 11) com uma sala de aula, que atende crianças

do primeiro ao quarto ano do Ensino Fundamental, ou seja, uma sala “multisseriada”, que não oferece as condições necessária para o aprendizado dessas crianças, a professora além de exercer o papel de educadora é responsável pela preparação da merenda dos alunos e também fazer a limpeza da escola, entre outras dificuldades, enfrenta a falta de energia elétrica, o quadro desagastado e o banheiro insalubre (Figura 12). Apesar do que preconiza o Art. 205 da Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A comunidade não dispõe de posto de saúde, contando apenas com um agente de saúde e uma vez por mês uma médica realiza consulta médica no povoado, porém, caso alguém precise de atendimento de urgência é obrigado se deslocar até Barreirinhas, e como a prefeitura não oferece qualquer transporte os familiares precisam pagar algum veículo para o transporte até a cidade, as campanhas de vacinação também são feitas na própria localidade.

Figura 11 - Escola do Povoado Tratada de Cima



Fonte: Pesquisa de Campo
Autor: Vale, 2019

Figura 12 - Banheiro da Escola



Fonte: Pesquisa de Campo
Autor: Vale, 2019

10. PRIVATIZAÇÃO/CONCESSÃO DE PARQUES NACIONAIS

É notório que a criação de uma Unidade de Conservação tem como principal propósito a proteção da biodiversidade, no entanto, a criação desses espaços em alguns países como no caso brasileiro aponta que a preocupação está mais voltada para um movimento global da proteção da natureza e que não buscou se aprofundar na questão social e cultural que esses espaços iriam atingir. A consequência desse movimento no médio e longo prazo atingiu diversas populações que vivem hoje dentro de alguma área restrita de certas atividades, e o que era para ser a solução de um problema tornou-se um impasse entre a preservação da natureza e a preservação dos costumes tradicionais.

O tema sobre preservação ambiental tornou-se um assunto mais discutido a partir dos anos 1970 principalmente em países mais desenvolvidos, fatores como o crescimento da população mundial; os meios de produção; o crescimento das indústrias e o aumento da exploração dos recursos naturais foram determinantes para o que seria realizado nas décadas seguintes, tornando-se um assunto político e mirando no desenvolvimento social futuro.

A sustentabilidade primeiramente nasce como uma questão científica onde a preocupação estava relacionada com o bem-estar humano, uma vez que os recursos naturais seriam imprescindíveis como matéria-prima para o desenvolvimento da indústria capitalista, e por sua vez garantiria o modo de vida social, desse modo o conceito de desenvolvimento sustentável começou a ganhar força como proposta para resolver problemas relacionados a sociedade e o meio ambiente.

Ao longo dos anos a criação de áreas preservadas ganhou um viés importante em projetos de governo para promover a sustentabilidade. O turismo entra na questão de modo a ser utilizado como mecanismo de divulgação da sustentabilidade e para a arrecadação econômica nos espaços onde estão inseridos, nesse sentido o grande número de visitantes em alguns parques nacionais e as oportunidades de arrecadação financeira trouxe para essa questão a parceria entre a gestão público e privado.

A presença do setor privado na administração de parques nacionais dá o direito dessas empresas/entidades de explorar os recursos dessa área da forma que julgarem ser mais adequada, já nos casos de parques onde a administração é feita pelo domínio público as condições de visitação são livres e o próprio estado possui mais autonomia para decidir regras e restrições quanto a exploração desses espaços.

Alguns autores como Hardin (19668) defendem que parques nacionais devem ser concedidos á iniciativa privada, pois dessa forma os recursos naturais estariam mais protegidos contra a ação humana, essa visão é reforçada dando como exemplo os parque nacionais localizados em países desenvolvidos como nos Estados Unidos, porém cabe ressaltar que a maioria dos parques nacionais americanos continuam sendo de propriedade do estado, a visão de espaço privado é distorcida pelas estruturas que são construídas para atender os visitantes que neste caso são concedidas à empresas privadas.

A concessão da gestão dos parques nacionais também está relacionada com as críticas ao poder do estado em países subdesenvolvidos, criou-se a ideia de que a gestão estatal não dispõe das condições necessárias de pessoal e investimentos capazes de garantir a preservação dos espaços naturais.

No Brasil um dos principais mecanismos criados para garantir a proteção de áreas vulneráveis foi a promulgação da Lei do SNUC (Lei 9.985/2000), dentro do viés da proteção dos recursos naturais e atrelado aos mecanismos que regulamentavam esse assunto surgiram duas correntes de pensamento uma voltada para a ideia preservacionista e a outra conservacionista, ambas defendiam a ideia de proteger os recursos naturais mais de maneiras distintas.

A corrente preservacionista teve sua origem baseada em sociedades industriais que defendiam a ideia de que o homem capitalista pudesse ter acesso a espaços naturais e por conseguinte disfrutar dos recursos que neles forem encontrados, já a corrente conservacionista defendia que o uso dos recursos naturais deveria ser discutido com mais criticidade e que o homem não pode explorar a natureza como capricho pessoal de diversão.

Ambas as correntes foram fundamentais para estruturar o conceito de desenvolvimento sustentável e serviram diretamente para o modelo de classificação que o SNUC viria desenvolver para proteção das Unidades de Conservação no Brasil (RODRIGUES, 2009 p. 38), com isso a proteção da biodiversidade em parques nacionais seria de uso sustentável voltado para a corrente preservacionista e a de proteção integral mais ligada a corrente conservacionista. A tabela (2) demonstra a classificação do SNUC para as UCs no Brasil.

O SNUC classifica algumas unidades de conservação como sendo de proteção integral, ou seja, a restrição para a utilização dos recursos dessas áreas é mais restrita e controlados, essa medida na grande maioria onde são implementadas acabaram gerando diversos conflitos entre moradores locais e o estado, que proíbe as atividades

desenvolvidas por essas pessoas, no entanto o próprio estado não conhece especificamente quais os possíveis impactos que podem ser causados por essas populações.

A criação de UCs com o propósito de preservação integral ganha críticas uma vez que a exploração da natureza apenas para fins de recreação e de desenvolvimento de pesquisas científicas atinge diretamente a vida de um grande número de pessoas que dependem diretamente dessas áreas para viverem, ou seja, a criação desses espaços levando em consideração o modelo conservacionista sufoca e obriga comunidades tradicionais de saírem forçadamente de suas terras para benefício das atividades recreativas das populações urbanas.

Tabela 2 - Unidades de Conservação no Brasil

Proteção Integral	Quantidade	Area Total (ha)
Estação Ecológica	32	7.483,266
Monumento Natural	5	11.686,588
Parque Nacional	74	26.788,073
Refúgio da Vida Selvagem	9	298.941
Reserva Biológica	31	4.339.346
Uso Sustentável	Quantidade	Area Total (ha)
Area de Proteção Ambiental	37	84.791.629
Area de Relevância Interesse Ecológica	13	35.488
Floresta Nacional	67	17.186.559
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	102.912
Reserva Extrativista	66	13.473.160

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

Nos últimos anos voltou a ser discutido no Congresso Nacional a privatização do PNLN, essa proposta é de autoria do Senador Roberto Rocha (PSDB-MA), por meio do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 465 de 2018, que entre as propostas prevê a remarcação da área do parque, que hoje possui cerca de 155.000 hectares e com a nova remarcação possuiria 161.000 hectares. Um dos principais motivos para essa proposta era de retirar comunidades que hoje vivem dentro da unidade de conservação (Betânia, Travosa, Ponta do Mangue), assim como para o incentivo de empreendimentos voltados para o turismo como pousadas, resorts e restaurantes.

A PLS ainda propõe que o ICMBio (órgão gestor do parque) fique responsável por determinar a nova zona de amortecimento, que é a área ao redor do parque responsável por proteger o perímetro principal para evitar dando diretos para UC, com a nova delimitação o PNLM ganharia mais 1 km de extensão na zona marinha, que ficaria livre para a navegação.

Com as nova delimitação do PNLM muitas comunidades ficariam de fora da nova área de proteção, com isso a população estimada de 5 mil pessoas, seria reduzida para aproximadamente 600, desse modo ficaria mais fácil resolver o problema crônico da situação fundiária dos moradores do parque que se arrasta por anos, essa demora é atribuída a diversos fatores mas um dos principais está relacionado com a mudança na gestão dos parques nacionais que antes eram feita pelo IBAMA e após 2007 foi passada para o ICMBio.

As críticas apontadas pelo levantamento da Nota Técnica nº3/2019 do PNLM estão relacionadas a criação do Parque que vão desde a inclusão de comunidades tradicionais até a forma dos polígonos de georreferenciamento que deixaram de fora pontos importantes que são consideradas vulneráveis, a exemplo porções de campos e dunas localizados entre o município de Santo Amaro do Maranhão e a comunidade Betânia, consideradas áreas de possível degradação humana, mas, no entanto, ficaram de fora da zona de proteção da UC.

A forma como a demarcação do PNLM foi construída ainda que receba algumas ressalvas são consideradas eficientes para o propósito (Nota Técnica nº3/2019), áreas de restingas que estão por toda a extensão dos três municípios que compõe o parque foram incluídas dentro da área de proteção integral, isso permitiu que um ecossistema pudesse ser mantido preservado da ação humana, as áreas de mangues dessa região também são uma das poucas no país que estão protegidas por uma Unidade de Conservação.

Os moradores das comunidades do PNLM temem que essas medidas sejam um motivo para que eles sejam expulsos das suas terras, além da preocupação com os impactos tanto ambiental quanto social que a medida iria levar. Nos últimos meses foram feitas reuniões juntamente as comunidades que estão dispostas nas três cidades que fazem parte do parque, porém, a insegurança dos moradores continua, pois caso a proposta de concessão ocorrer essas pessoas irão sofrer ainda mais com as limitações que já são impostas hoje.

Pesquisadores e ambientalistas também fazem duras críticas ao projeto do Senador, pois com o novo perímetro proposto grandes áreas que hoje são protegidas

ficaram ameaçadas, flexibilizando a ação de desmatamento, grilagem de terra, ameaça contra a biodiversidade e a desocupação das pessoas que vivem na área do parque.

Atualmente o Parque está sobre amparo de alguns órgãos de proteção ambiental para garantir a sua preservação, entre esses órgãos está o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), que tem como objetivo é:

[...] categorizar os Patrimônios Naturais do país, de acordo com sua potencialidade de recursos, seu grau de beleza cênica, a incidência humana nas dependências da localidade, e, a biodiversidade para o estudo científico. Para essa categorização, há duas modalidades existentes. A primeira refere-se às Unidades de Proteção Integral, enquanto a segunda categoria envolve as Unidades de Uso Sustentável. Considerando a divisão supracitada, constata-se que o Parque pertence à primeira categoria, entendendo que o local deve ser responsável pela preservação de ecossistemas naturais, de grande relevância ecológica, e, de grande beleza cênica (SNUC, 2011).

É importante ressaltar que, os moradores da comunidade Tratada de Cima ainda que convivam com constantes sanções por parte do ICMBio, não tem interesse em deixar a zona de proteção permanente, mesmo que isso por um lado iria flexibilizar para eles a forma como lidam com a seu território, porém, com nova delimitação do parque muitos dessas comunidades iriam ficar expostas e vulneráveis, podendo sofrer com a especulação imobiliária, assim como da ação de grileiros de terra.

11. MECANISMOS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Sabendo da importância da conservação da biodiversidade e dos valores ecológicos, foi construído um mecanismo internacional que pudesse amparar a natureza de forma justa e consciente, desse modo foi criado a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), cada país envolvido tinha o compromisso de zelar a diversidade para garantir a manutenção da natureza; do patrimônio genético; dos valores sociais; econômicos; científico; educacional; entre outros (MMA, 2000)

Dentro da ótica do desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade a Convenção sobre Diversidade Biologia (CDB) que foi posta em prática em 5 de junho de 1992, tinha por objetivo criar um tratado internacional sobre os assuntos estavam relacionados com a proteção da natureza, e ficaria a cargo de cada país participante desse acordo determinar as diretrizes que iriam ser adotadas em seu território (MMA, 2000)

O entendimento sobre a conversação da natureza diz que cada Estado tem o dever sobre a proteção dos seus recursos naturais e por sua exploração responsável (CDB, 1992), o aumento das atividades humanas desordenada e a falta um plano concreto que pudesse estabelecer regras a esse avanço foram fundamentais para o desenvolvimento desse documento. O oferecimento de conhecimento técnico e científico era fundamental para a prevenção de futuras problemáticas relacionadas ao meio ambiente, e dessa forma era possível traçar estratégias de combater o problema (MMA, 2000).

O CDB também discute a estreita relação de comunidades indígenas e tradicionais que precisam de um ambiente preservado para garantir sua existência, exaltando o papel que esses povos desenvolvem com a natureza como sendo fundamentais e servindo de exemplo de convívio harmônico entre seres humanos e a biodiversidade.

Os objetivos a serem alcançados com o desenvolvimento de um plano que abrangesse uma série de pontos correlacionados com a natureza e a sociedade podem ser encontrados no art. 1 do CDB (Ministério do Meio Ambiente, 2000), entre os quais estariam a conservação da diversidade biológica; a utilização responsável de seus componentes e a divisão justa e equitativa dos recursos naturais e o compartilhamento de métodos que possam servir para os surgimentos de novas técnicas ambientalmente mais corretas.

Para a progressão das atividades propostas pela Comissão seria importante abordar alguns temas de relevância importância, entre os quais estariam presentes o conceito de área protegida, biotecnologia, condições *in-situ*, conservação *ex-situ*, diversidade biológica, ecossistema, espécie demasiada ou cultivada, organização regional de integração econômica, tecnologia biológica, entre outros. Todos seriam fundamentais para elaboração de mecanismos mais sustentáveis para a natureza (MMA, 2000 P.10).

Cada membro participante dos acordos firmados no CDB ficaria responsável por criarem medidas mitigadoras para o combate e conservação dos seus patrimônios naturais, o Brasil por meio desse compromisso criou através do decreto nº5758/ 2006 o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), tendo como meta “Estabelecer um sistema abrangente de áreas protegidas ecologicamente representativo, efetivamente manejado, integrado a paisagens terrestres e marinhas mais amplas” (PNAP, 2006)

A implementação do PNAP ficaria sobre a responsabilidade de uma comissão estratégica vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a participação dos governos Federal, Estaduais, Distritais, Municipais, além da colaboração de representantes dos povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, setor

empresarial e da Sociedade Civil (art 2º, PNAP). Todos estariam empenhados a trabalhar para construir uma plataforma de proteção e exploração sustentável do meio ambiente. Para o pleno cumprimento das normas estabelecidas pelo PNAP seriam criadas diretrizes norteadoras

Os princípios elaborados têm o propósito de alicerçar as ações almejadas para o desenvolvimento da sustentabilidade e de um sistema que seja efetivo nos cuidados de áreas protegidas, visando planos de manejo e a junção entre os patrimônios ecológicos terrestres e marinhos. Alguns dos princípios utilizados pelo PNAP diz respeito a valorização de aspectos etnos e culturais; valorização do patrimônio natural; a defesa do interesse público; promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas; entre outros (DRUMM & MOORE, 2002).

As comunidades tradicionais bem como os remanescentes de povos quilombolas e indígenas devem ser considerados quanto a criação de unidades de conservação, com isso a proteção de áreas vulneráveis torna-se mais eficiente uma vez que os conhecimentos em posse dessas pessoas são imprescindíveis no combate contra a exploração desregulada da biodiversidade.

Outra medida importante que surgiu após o desenvolvimento do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas foi na aprimoração do SNUC, desse modo o aprimoramento das diretrizes e os critérios na gestão das UCs facilitaria as questões quanto aos conflitos em unidades de conservação e as consultas públicas, e com isso seria mais fácil chegar a possíveis impasses entre comunidades que residem em áreas protegidas e o poder público (BRASIL, 2006)

As estratégias adotadas atingiriam velhos gargalos da administração pública que esbarravam em problemas sociais e ambientais encontrados nas Unidades de Conservação, seria necessária uma revisão das práticas adotadas quanto ao modo que eram utilizados a classificação das UCs e incluindo dentro novo modelo a proteção em áreas marinhas que não possuía uma cobertura abrangente de proteção.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo do presente trabalho buscou compreender de que forma se dá a vivência dos moradores da comunidade Tratada de Cima situada no PNLM, para entender as relações que estes camponeses possuem com seu território, sua história, cultura, bem como das dificuldades passadas por eles enquanto moradores de uma área de proteção ambiental, assim como dos conflitos que passaram a enfrentar desde a criação do parque em 1981.

As análises bibliográficas realizadas, serviu de grande importância para a compreensão dos conflitos que estão presentes no PNLM, assim como para das dificuldades enfrentadas pelas comunidades tradicionais, que mesmo possuindo pouco amparo dos poderes públicos, continuam vivendo e mantendo sua cultura, ancestralidade e simplicidade.

Dessa forma, esta pesquisa busca não só tornar bibliográfico as condições vividas dentro por parque, mais também de servir como um auxílio para que o poder público possa chegar até a essas comunidades e lhes oferecer os direitos que são garantidos a todos, assim como de oferecer saúde de qualidade, água potável, energia elétrica e de projetos sociais para a melhoria de vida para os que vivem dentro do PNLM.

Ao decorrer deste processo, foi observado que os conflitos sociais e ambientais que são visto dentro das comunidade se iniciaram após a criação do parque e da unidade de conservação permanente, este efeito por sua vez foi gerado pela forma que o PNLM foi criado pelo governo da época, que durante o processo de criação não levou em conta a população que já habitava aquele local, esse problema continuou ano após ano sendo negligenciado pelos órgãos gestores, que através das leis impostas tentaram oprimir os camponeses da região dos Lençóis Maranhenses como forma de expulsão compulsória do local.

Os conflitos gerados entre o órgão gestor do Parque (ICMBio) e as comunidades tradicionais, se agravam ainda mais uma vez que, a falta de diálogo e o distanciamento entre os agentes envolvidos acaba por gerar uma falta de consenso, dessa forma, a crise socioambiental perdura ao longo dos anos.

É importante frisar que, o papel deste trabalho não tem como objetivo banalizar o trabalho do ICMBio, mas de servir para entender o conflito que se instalou entre camponeses e o órgão, manter o constante diálogo é necessário para o bom convívio, assim como de mostrar que os povos tradicionais não podem ser considerados invasores

do parque, já que vivem na área antes mesmo da criação deste, e por conseguinte que as comunidades se tornem mais um agente para a proteção dessa riqueza única.

O processo desta pesquisa possuía um cronograma previamente organizado entre o grupo de pesquisa junto com seu orientador, seriam feitas pelo menos três visitas de campo nas comunidades a fim de vivenciar, coletar informações por meio de conversas e entrevistas e conhecer a realidade dos moradores. Além disso seria feita visitas e entrevistas a órgãos e lideranças considerados importante no papel de combate e defesa dos moradores do PNLM, contudo esse processo foi interrompido devido a pandemia do COVID-19 que impossibilitou a continuidade dos trabalhos, pelo fato do isolamento social ser implementado e pela segurança dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

REFERÊNCIAS

16° SEMINÁRIO NACIONAL D HISTÓRIA E DA TECNOLOGIA, 2018, Campina Grande, PARAIBA. **PRIMEIROS PARQUES NACIONAIS DA AMÉRICA: Aspectos Históricos** [...]. Campina Grande: [s. n.], 2018.

1º SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: Integração entre Conhecimentos Acadêmicos e Saberes Tradicionais como Estratégia de Conservação da Socio biodiversidade. **Seminário**, Auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), campus Barreirinhas – MA, novembro 2019.

ABREU, M. M. **Territorialidade e pertencimento**: o olhar local sobre o parque estadual do pico do itambé, Serra do Espinhaço - MG. 2015. Dissertação de Mestrado (Mestrado) - Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BARREIRINHAS (MA). **Dados do município/localização**: Dados de características geográficas. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.barreirinhas.ma.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 10 set. 2022.

REICHERT. H, CUSTODIO.C, ANJOS. E.C - BARREIRINHAS (MA). Dados Estatísticos, Caravela. Florianópolis, Santa Catarina, 3 out. 2022. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/barreirinhas---ma>. Acesso em: 12 set. 2022.

BELEZA, R. L.; PEREIRA, R. M. F. A. **Aspectos geo-históricos e econômicos de Barreirinhas, seus povoados e o PNLM** (Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses), como atrativo turístico. In: X Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu, 2016, Foz do Iguaçu. Anais Eletrônicos, Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <<https://festivaldascataratas.com/wp-content/uploads/2017/04/4.-ASPECTOS-GEO-HIST%3%93RICOS-E-ECON%3%94MICOS-DE-BARREIRINHAS-SEUS-POVOADOS-E-O-PNLM-COMO-ATRATIVO-TUR%3%8dSTICO.pdf>>. Acesso em 29 de ago de 2020.

BERRIEL, M. C. **O Campesinato e o Marxismo**: algumas breves considerações de Marx e Engels. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sesese2/Maycon_Berriel.pdf>. Acesso em 05 de jan de 2020.

BRASIL - **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**: O IDHM e seus indicadores. [S. l.: s. n.], [1991-2010]. ADHBR. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/210170>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL - Departamento De Áreas Protegidas (BR). Ministério do Meio Ambiente. **Painel de Unidades de Conservação Brasileiras**: Painel de Unidade de Conservação. Brasília - DF, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGNmMGY3NGMtNWZlOC00ZmRmLWExZWItNTNiNDhkZDg0MmY4IiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTZmZThmM2M1NTB1NyJ9&pageName=ReportSection0a112a2a9e0cf52a827>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL - Ministério da Saúde: **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** - PNUD. [S. l.], 1 out. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-informacao/gestao-do-sus/cooperacao-em-saude/parceiros/pnud>. Acesso em: 3 out. 2022.

BRASIL - Ministério do Meio Ambiente (BR). ICMBio. Portaria n° 99: ações de manejo por áreas de atuação. **Planejamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**, Brasília, 18 fev. 2022.

BRASIL - Ministério do Meio Ambiente. **Nota Técnica n° 3/2019**, de 23 de janeiro de 2019. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. [S. l.], novembro, 2016.

BRASIL - Ministério do Meio Ambiente. **Plataforma CNUC**: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Brasília - DF, [2019 - 2020]. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/plataforma-cnuc-1>. Acesso em: 19 set. 202

BRASIL - Presidência da República. **Decreto n° N° 2.519**, de 16 de março de 1998. Promulga a convenção sobre diversidade biológica. : Ministério das Relações Exteriores - MRE, Brasília, 17 mar. 1998.

BRASIL - Presidência da República. **Decreto n° N° 5.758**, de 13 de abril de 2006. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 13 abr. 2006.

BRASIL - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Lei n° N° 9.985, de 18 de julho de 2000**. SNUC. [S. l.], 18 jul. 2000.

BRASIL. **Decreto-lei n. 86.060, de 2 de junho de 1981**. Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/19801987/decreto-86060-2-junho-1981435499-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10 de jan 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades Conservação** – SNUC. Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protegidas.html?download>>. Acesso em 05 de jan de 2020.

BRITO, D. N. C. Conflitos em unidades de conservação. **Artigo**, PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP, 1 dez. 2608.

BRUMATITI, P. M. M. **O espelho das concessões turísticas em parques nacionais do brasil**: uma perspectiva sobre vulnerabilidades. **Tese**, Natal, agosto 2019.

CAMACHO, R. S. **O território como categoria da Educação do Campo**: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades: UNESP, 2008.

JR, J.C, CHELOTTI, M.C, PESSÔA, V.L.S - Comunidades camponesas e desenvolvimento: territórios em conflito. **XXI Encontro de Geografia Agraria**, Uberlândia/MG, outubro 2012.

ESTRELA, L. M. B. **Populações Tradicionais e Reservas Extrativistas**: Para quem habita esses territórios protegidos, quais fatores emergem como essenciais ao bem estar e qualidade de vida?. 2020. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade em Unidades de Conservação) - Programa de Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação da Escola Nacional de Botânica Tropical do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, [S. l.], 2020.

FERNANDES, B. M. F. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL, Observatorio Social de América Latina (año VI no. 16 ene-abr 2005)**, Buenos Aires, 2005.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **O campo da Educação do Campo**. I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. Brasília, [s. l.], 2005.

FERNANDES, B. M. Sobre A Tipologia de Territórios. Artigo, NERA, São Paulo, novembro, 2008.

FERREIRA, D. S. **Território, Territorialidade e Seus Múltiplos Enfoques na Ciência Geográfica**. Campo-Território: revista de geografia agrária, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 111-135, 2014.

FERREIRA, S. G. **Os impactos do turismo nas pequenas cidades**: um estudo em Itapeverica - Minas Gerais. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

GOZZO, H. C.; NALIATI, B. S.; MENDES, B. C. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: uma análise de sua sustentabilidade. In: Encontro Semintur Jr. 2., 2011, Caxias do Sul. **Anais Eletrônicos**, Caxias do Sul, 2011. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/01_parque_nacional.pdf>. Acesso em 05 de jan de 2020.

GUIMARÃES, R. P. O desafio político do desenvolvimento sustentável. **Texto**, Foro sobre el desarrollo sostenible y la reforma del Estado en America Latina y el Caribe, Colegio de Mexico e PNUMA/ONU, 4 abr. 1994.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de Globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/barreirinhas.html>>. Acesso em 29 de ago de 2020.

IBGE. **Estados/ Cidades/ Barreirinhas**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/barreirinhas/historico>>. Acesso em 29 de ago de 2020.

ICMBIO. **Informações Gerais da Unidade de Conservação**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/03ENCARTE1.pdf>. Acesso em 04 de jan de 2020.

ICMBIO. **Unidade de Conservação - Caracterização Ambientes Naturais**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/07ENCARTE_5.PDF> acesso em 04 de jan de 2020.

KASPARY, M. G. A. R. **Desenvolvimento turístico e desenvolvimento local no município de Maragogi/Alagoas**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

MARANHÃO (MA) **Mais IDH**. Governador inaugura obras e anuncia novos investimentos para Barreirinhas e Araioses. [S. l.]: Caio Mendonça de Jesus, 28 ago. 2021. Disponível em: <https://maisidh.ma.gov.br/2021/08/28/governador-inaugura-obras-e-anuncia-novos-investimentos-para-barreirinhas-e-araioses/>. Acesso em: 15 set. 2022.

MARTINS, E. M. **Desenvolvimento Local e Atividade Turística em Barreirinhas – Cidade Portal dos Lençóis Maranhenses**. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

OLIVEIRA, L. X. **“Vem pro baile, vem pra rua”**: territorialidades, estilos e identidades em um baile black no Rio de Janeiro. LOGOS - Comunicação, territórios e re-existência – 2, Rio de Janeiro, v. 26, n. 01, p. 09-24, 2019.

ROCHA, R.C, MASULLO, A.G, LOPES, N.F.S.N - PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: Uma análise da prática conservacionista. **VII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Campina Grande/PB**, Campina Grande/PB, novembro 2016.

BRASIL - PLANO Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções. **Apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo Prodetur Nacional**, São Paulo, novembro 2014.

ORIGUELA, C.F, COCA, E.L.F, PEREIRA, L.I - Territórios em. **Rev. NERA** Presidente Prudente v. 22, n. 48, pp. 38-57, Dourados/MS, 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, C. G. O. **O uso do público nos parques nacionais**: a relação entre as esferas publicas e privadas na apropriação da biodiversidade. Tese de Doutorado, Brasília/DF, abril 2009.

SENA, C. **Rota das Emoções Brasil**: história da Rota das Emoções. Parnaíba-PI, 7 out. 2021. Disponível em: <https://blog.ecoadventure.tur.br/voce-sabe-como-surgiu-a-rotas-das-emocoos-conheca-a-historia/>. Acesso em: 26 out. 2022.

SILVA, C. A. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Artigo, [s. l.], 2000.

SOUSA, R. A. D. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Revista Pegada** – vol. 11 n.1, junho 2010.

SPOSITO, M. E. B. Introdução. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Org.) **Território e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura Familiar e Campesinato**: rupturas e continuidade. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>> acesso em 11 de jan de 2020.